

**MULHERES, DIREITO E PROTAGONISMO
CULTURAL: MULHERES E INVISIBILIDADES
NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO**

O patrimônio e o feminino

VIVIAN BARBOUR*



* Bacharela em Direito (USP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP). Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (USP). Advogada, urbanista e professora. Membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SP e da Association of Critical Heritage Studies (ACHS).

Antes de tudo, eu quero agradecer imensamente o convite para estar aqui, em nome da doutora Arícia. Quero agradecer à Escola de Políticas do Estado, aqui da PGM. E agradecer também à doutora Inês, que me envolveu nesse furacão que é esse livro. E que realmente eu posso chamar de furacão, porque é um livro que tem se desdobrado em tantos movimentos, tantos debates. E também uma oportunidade de conhecer tantas mulheres fazendo debates consistentes sobre as suas áreas de pesquisa voltadas ao protagonismo de mulheres na cultura, ao apagamento dessas mulheres. E foi muito a convite da Inês também que acabei fazendo aí, me debruçando. Eu trabalho com patrimônio cultural há muitos anos e na sua intersecção com planejamento urbano. E foi um convite a fazer esse olhar a partir do recorte de gênero. Eu, que me considero feminista e pesquiso esse tema, pensei: “Puxa vida, mas nunca tinha feito essa intersecção”. Apesar de ter as minhas suposições e as minhas hipóteses e teorias, fui fazer essa pesquisa mais a fundo.

E aí, o que eu quero trazer aqui para conversar com vocês... Primeiro, eu anotei várias coisas da outra mesa que atravessam um pouquinho da reflexão que eu quero trazer. A gente vai falar sobre como que as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil celebram o trabalho do cuidado, que é um trabalho eminentemente feminino. A Heloísa comentou que só em 1827 as mulheres acessaram a educação formal, mas só para prendas domésticas. A gente vai falar do curso do Museu de História Nacional que, na verdade, era para que as mulheres pudessem educar melhor os seus filhos e criar melhores ambientes de relações sociais. Enfim, a gente está falando sobre esse papel que é reiteradamente colocado no colo

das mulheres. E como que isso está refletido na política de patrimônio? Eu acho que a pandemia, esse texto, essa pesquisa foi feita em plena pandemia, com um filho que na época devia, não sei se tinha 3 ou 4 anos, um filho pequenininho, portanto, quem teve filho na pandemia e sobreviveu sabe do que eu estou falando. Então, a pandemia trouxe com muita força esse debate sobre o cuidado e eu vou abordar isso nessa conversa.

Essa provocação que eu quero trazer: o cuidado como um saber cultural. Oi? Como assim? Para a gente poder falar sobre isso, eu quero primeiro fazer uma pequena reflexão com vocês sobre as nossas políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Como que elas foram constituídas e como essa forma de constituição contribui ou não para a gente celebrar o cuidado. Mas, antes disso, eu quero fazer uma provocação. É uma frase do professor Upiano (Toledo Bezerra de Meneses), um historiador da USP, que tem uma obra que eu admiro bastante, uma obra que traz um olhar crítico sobre o patrimônio cultural. E ele pergunta, se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria o valor? Se a gente pensar no patrimônio cultural, ele é uma atribuição de valor, objetivamente. O patrimônio cultural, no caso, é um reconhecimento oficial do Estado sobre algo que é de interesse coletivo e, portanto, tem uma chancela ali, um tombamento, um registro, enfim. Ou seja, há um processo de identificação e reconhecimento de um valor.

Mas eu quero dar esse passo atrás para que a gente possa se perguntar quem é que está construindo esse valor. Esse valor não é imanente, ele é construído. E aí, vou ter que pular alguns capítulos e já partir para umas provocações. A provocação que o Upiano traz sobre o patrimônio cultural é quando ele se

foca em excesso numa ideia que ele chama de cultura cólica. É a cultura que surge de forma espasmódica, em lapsos, na nossa vida. Ou seja, a cultura não é aquilo que a gente vive cotidianamente. Cultura é o quadro que eu vejo no museu, a ópera que eu vejo na sala de concertos, mas não é a forma que eu me visto, a forma que eu cozinho, a forma que eu educo o meu filho, que eu construo a minha casa, a forma que eu limpo a minha casa, sei lá. Então, ele faz essa provocação de que quando a gente tem esse olhar da cultura cólica, que surge como espasmos, a gente tem em contraposição a isso, nas políticas de preservação, uma desvalorização desse lugar do cotidiano, que é o trabalho, o habitar, as formas de morar, enfim. E aí, bom, acho que um pouquinho o fio dessa meada, se a gente tem cultura cólica, cultura que eu consigo acessar por meio de consumo, mediado pelo dinheiro, muitas vezes. Então, a cultura como o produto que eu acesso mediante pagamento.

Então, a gente pode falar de processos de elitização também da cultura quando a gente olha sob essa ótica. E o que ele vem trazer? Ainda também estou muito fundamentada no Upiano. Mas e o lugar do patrimônio? É esse? O patrimônio cultural tem que ser esse lugar? É só isso que nos cabe? E ele vai falar desse lugar da fruição do patrimônio, que ele entende que é esse da relação contínua, demorada, que se adensa. Eu adoro essa imagem porque parece essa coisa meio caldo, que você não sabe dizer muito bem, que é a gente vivendo. Todo mundo aqui tem cultura, né? E a questão é: como que a nossa cultura, que todo mundo tem, a gente fala “ah, aquele povo não tem cultura”. Mentira! Todo mundo tem cultura, todo ser humano sobre essa face dessa terra tem cultura. Quais são aqueles

modos de viver, de existir, que são celebrados nas nossas políticas patrimoniais? Eu acho que é um pouco essa a provocação que eu quero trazer para vocês. E aí eu quero trazer uma outra referência, que é da Association of Critical Heritage Studies (Associação de Estudos Críticos do Patrimônio), que é uma associação que nasce em 2012, muito em função das declarações de patrimônio da humanidade da Unesco, que vai trazer esse viés do patrimônio enquanto um lugar político.

Eu vou fazer uma tradução livre aqui, tá? Mas essa associação nasce de um manifesto que diz o seguinte: O patrimônio é, como qualquer outra coisa, um ato político. E a gente precisa trazer para nós mesmos questões sérias sobre as relações de poder que o patrimônio muitas vezes tem invocado. Questões de nacionalismo, de imperialismo, colonialismo, elitismo cultural, ocidentalismo, exclusão social baseada em classe ou em etnia, e o fetiche da expertise técnica. Tudo isso tem influenciado a forma como a gente usa, define e mobiliza essa noção de patrimônio. A Critical Heritage vai dizer: a gente argumenta que um olhar verdadeiramente crítico sobre o patrimônio vai fazer muitas perguntas desconfortáveis sobre as formas que a gente tradicionalmente pensa sobre o patrimônio. E quando a gente fizer isso, os interesses dos marginalizados e excluídos vão ser trazidos à superfície e a gente vai se dar conta de tudo aquilo que a gente esqueceu quando a gente escolheu o que lembrar. É um pouco essa a história.

E aí, a ideia aqui é que a gente, a provocação é que – eu trago essas aspas, eu adoro essas aspas – uma das pesquisadoras é uma arqueóloga australiana, Laura James Mead, esse livro maravilhoso, chama Uses of

Heritage. Ela vai falar que na verdade não existe essa coisa chamada patrimônio. É a primeira frase do livro. E ela vai explicar, e é um pouco o que eu quero provocar aqui, que a gente possa desconstruir essa identificação automática que a gente tem do patrimônio como aquilo que é antigo, belo, grandioso, monumental. Isso foi construído.

Lá o Upiano disse, se valor é uma construção, alguém o atribuiu. Vamos nos lembrar que isso foi construído. E uma chave importantíssima dessa formulinha do patrimônio construído é o chamado discurso autorizado do patrimônio. Porque, como que isso se constitui institucionalmente no Brasil? A gente tem pessoas que institucionalmente ou a si mesmos evocam a autoridade técnica, pretensamente técnica, para dizer o que é e o que não é patrimônio. Então, essa noção de expertise técnica e estética que é autorreferente, narrativas de nação e de consenso social, privilégio à monumentalidade e à grande escala, e a consequência de tudo, valor imanente. Porque se eu sou apenas um expert capaz de enxergar o valor e dizer para você que não conhece: “Você, pobre imortal, não sabe o valor, logo eu te digo, porque eu tenho o olhar técnico para ver”, o valor é imanente. Eu estou negando a subjetividade da construção do valor. E a provocação é que a gente precisa trazer de volta o aspecto político e intangível do patrimônio. No limite, todo patrimônio é intangível.

Inclusive, no nosso podcast, não é Inês, a gente teve um projeto também na pandemia, depois convido vocês a darem uma fuçada, que se chama Intangível, que é um podcast que debate patrimônio imaterial. Mas, no fundo, todo patrimônio é imaterial. A questão é que, às vezes, ele vai ter um suporte

material, às vezes, não. Mas ele é sempre uma construção simbólica e de valor dos sujeitos que estão envolvidos com aquele objeto, ou com aquela situação, ou com aquele saber. Então, enfim, se a premissa é que ele é intangível, a premissa é que ele é construção, é ato político, pode ser exercício de poder também. E se a gente pensar nesse caminho do discurso autorizado do patrimônio, valor imanente, se o valor é imanente não tem como eu não me apegar à materialidade, não tem como eu não me apegar à originalidade e não tem como eu achatar a história.

Acho que um pouquinho eu estou comprimindo... Nesse momento, estou achatando a história e tentando comprimir a reflexão. E se você tem uma expertise pretensamente técnica, você tem uma política homogeneizante, você tem uma invisibilidade do que é dissonante e você tem o patrimônio como consumo, como lugar que eu contemplo, mas não que eu me envolvo e construo cotidianamente. Eu não sou protagonista daquilo, eu sou consumidor e contemplador.

E as mulheres nessa história? Se as políticas de preservação estão às voltas com as suas categorias totalizantes e autorreferentes de patrimônio, o que dizer, então, da presença das mulheres nesse processo? E aqui a gente poderia fazer uma análise a partir de duas perspectivas. A primeira, sobre... Tivemos mulheres que foram agentes da política de preservação? A Heloísa citou uma delas aqui, que é a Lígia Martins, do IPHAN, que foi a primeira museóloga do IPHAN. E a gente tem um hall de inúmeras mulheres que a gente não sabe o nome, que tem poucos registros. Eu não vou focar nesse recorte, apesar de ser um recorte interessantíssimo. Eu quero pensar nessa segunda chave, que é como que as mulheres

têm sido representadas nos bens tombados, mas, especialmente, no que diz respeito ao trabalho do cuidado.

E aí, aqui, eu vou ter que dar um passo atrás para falar um pouco sobre divisão sexual do trabalho. Bom, divisão sexual do trabalho. A gente tem, de um lado, o trabalho produtivo, aquele que tem valor econômico, historicamente, aí, vinculado à figura masculina. E o trabalho reprodutivo, reprodução da vida, do cuidado, sem valor econômico reconhecido, historicamente, associado às mulheres. Acho que isso é um dado de realidade que ninguém vai questionar.

Eu adoro essa frase. Essa frase, eu acho que ela é singela, cirúrgica e devia dar um choque de realidade em todos nós nessa sala: “Todas as atividades, incluindo aquelas que pensamos como políticas, envolvem uma dimensão de cuidado, porque, além de atuar, nós precisamos nos autossustentar enquanto atores.” Todo mundo que veio aqui hoje, que está aqui hoje, comeu alguma coisa, está vestindo uma roupa que foi lavada por alguém, usou um banheiro que foi limpo por alguém, tem algum familiar, talvez um filho, um pai idoso, um tio que está sob os cuidados de alguém, se essa pessoa precisa de cuidado. Então, nós nos sustentamos enquanto atores para poder agir politicamente. Ou seja, o que eu quero chamar a atenção? A centralidade desse trabalho de sustentação, que é o trabalho do cuidado. Se esse trabalho é central para a nossa sustentação enquanto atores, como ele está reconhecido nas políticas de preservação? Essa é a provocação.

Um vídeo da Oxfam, uma organização internacional de pesquisa, em que ela fez uma pesquisa na pandemia sobre a questão do

cuidado, porque eu acho que a pandemia foi interessantíssima nesse sentido. Normalmente, os homens, se a gente pensar na nossa divisão histórica de homens no trabalho produtivo e mulheres no reprodutivo, os homens se viram às voltas com reuniões com o filho chamando pai, terminei! Com a comida que ficou em cima da mesa que quem tira, quem não tira, quer dizer, eu acho que foi uma oportunidade para que todos se dessem conta de que o cuidar não é um mero acidente de percurso. É um trabalho exigente que demanda tempo, demanda atenção, demanda recursos. E a Oxfam dá um olhar para isso e ela vai dizer isso. Esse dado eu acho um dado importantíssimo: mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado não remunerado. Uma contribuição de pelo menos 10,8 trilhões por ano à economia global. Isso dá mais de três vezes o valor da indústria da tecnologia do mundo.

Alguns outros dados, enfim, teriam muitos dados, mas a gente tem a profissionalização do trabalho do cuidado, que seria das domésticas. A gente vê lá que dos 67 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, 80% ainda são mulheres. Então o recorte de gênero persiste na profissionalização. As mulheres em idade ativa no mundo, 42% delas estão fora do mercado de trabalho versus 6% dos homens. Aí vai falar da precarização, acho, também, do trabalho doméstico. Quer dizer, é um trabalho profissionalizado, mas que ainda assim é um trabalho marginalizado frente a outras possibilidades de trabalho. A gente sabe muito bem como a coisa funciona.

Silvia Federici, uma teórica italiana, militante, feminista, nos anos 1970 ela vai se

envolver em diversas lutas e uma delas era de cobrança de salário para poder realizar o trabalho doméstico. E aí ela diz, eu não estou cobrando salário porque eu quero ganhar pelo trabalho, porque eu quero continuar esse trabalho, estou cobrando salário porque quando eu cobrar o valor que esse trabalho vale, talvez as pessoas vejam a importância dele como uma estratégia de incômodo, de reconhecimento. Enfim, são estratégias que a gente usa para, às vezes, jogar luz sobre o óbvio lutante que a gente não vê.

E aí, antes de falar sobre patrimônio, é importante a gente pensar nas definições de cuidado. E aí eu vou trazer esses dados de cuidado, de pesquisas teóricas sobre cuidado, estou trazendo de uma pesquisa da Regina Vieira, que é advogada formada pela USP, colega, doutora pela USP, que tem um trabalho sobre cuidado na perspectiva de Direito do Trabalho. E eu acho superinteressante essas definições de cuidado, para a gente entender como cuidado se constitui.

O cuidado é o *gentleness*, ele é a resposta adequada à fragilidade do outro. Ele é o *savoir-faire*, quando bem feito não é notado, porque se antecipa às necessidades. Ninguém repara numa casa muito limpa. Todo mundo repara numa casa muito suja. A casa muito limpa não está muito limpa porque simplesmente ali a entropia não acontece. É porque alguém passou pano no chão, basicamente é isso, mas a gente rapidamente não se dá conta. Cuidado também é o trabalho sujo, é cuidar dos fluidos corporais que ninguém vê e que ninguém sabe e que ninguém tem muita vontade de mexer. E o cuidado é tido como esse trabalho inestimável. Em função de tudo isso, ele sequer é passivo de precificação.

Se a gente tem essa noção de pretensa naturalidade da relação entre mulher e trabalho do cuidado e a gente tem essa invisibilidade do cuidado em si, como que essa dinâmica de naturalização do trabalho para a mulher e a sua invisibilização, como que isso aparece na dinâmica das políticas de preservação? Aqui eu quero usar uma pesquisa da Vânia Carneiro de Carvalho. Ela é uma museóloga do Museu Paulista da USP, que tem um trabalho excepcional com o acervo do Museu Paulista, que foi, inclusive, reaberto. Ela vai estudar as dinâmicas do espaço doméstico de São Paulo no início do século fins dos XIX, início do XX, entender como as relações de gênero se dão a partir de características do espaço doméstico. Então, dos objetos domésticos, dos ornamentos, das formas de construção. E aí ela vai identificar duas dinâmicas que se manifestam na materialidade do espaço doméstico.

A dinâmica centrípeta, e aí esse desenho bem tosco é para demonstrar que o centrípeto é que tudo se volta para o centro. Ela traduz a presença do homem no espaço doméstico. “O homem é o substantivo e os objetos o adjetivam, agregam-lhe características e reforçam a sua individualidade.” É a caneta do Dom Pedro, é o busto do meu pai, é a folha que eu usei. Tudo reforça aquele lugar de persona que o homem se reveste na casa. Aqui tem uma caneta que está na pesquisa da Vânia, que pertenceu a Prudente de Moraes, e uma informação superimportante, temos diversas canetas no Museu Paulista, nenhuma delas vinculadas a uma mulher em específico. “Ainda aqui”, ela diz, “as mulheres alfabetizadas da elite eram aquelas que tinham o hábito de escrever.”

A gente falou aqui, Heloísa já comentou, elas estudavam no museu para poder

melhorar os ambientes de sociabilidade etc. As mulheres eram responsáveis por sustentar os espaços de sociabilidade, de dar notícias para os familiares. Eram elas que escreviam as cartas e mantinham os vínculos funcionando. Então, não é porque elas não sabiam escrever, obviamente. É porque não era nenhuma escrita monumental, nenhuma escrita grandiosa de um marco excepcional da nossa história.

A dinâmica centrífuga, por outro lado, é essa dinâmica da dispersão. Eu giro a roda e aquilo que está no centro se esvai e o centro deixa de existir. E a Vânia identifica isso como uma dinâmica que representa muito a presença da mulher no espaço doméstico. “A mulher trabalha para a manutenção material relacional da casa, se desdobra e cuida do todo, doando-se infinitamente, se dissipa no espaço.” Então, a gente não tem um objeto que reforça a personalidade daquela mulher. Eu até anotei aqui, que são muitas as coincidências. A Inês estava falando sobre a renda. Como que a renda é um trabalho muito grande, mas que não rende muito dinheiro. E aí, aqui eu vou fazer uma alta citação, bem tatuante, mas que está no artigo, que vai falar justamente sobre as toalhinhas de renda das mesinhas. Então, “a toalha de renda repousa na mesinha de centro e descansa graciosamente no espaço, escondendo toda a técnica, precisão, aprendizado e trabalho envolvidos na sua concepção. A renda está ali, especificamente, para tornar o ambiente familiar e acolhedor. Assim também o é a presença da mulher no espaço doméstico e no espaço do cuidado, quando bem-feito, desaparece”.

E a Vânia vai demonstrar isso. Como que a roupa da mulher tem a mesma renda da mesinha que está no centro, na mesinha de

centro. Quer dizer, a mulher é quase um objeto nessa casinha, máquina que se organiza para deixar as relações sociais sustentadas e funcionando. Então, a gente tem sempre essa tensão: de um lado o cuidado como uma tarefa simples, acessória, natural, cotidiana. O cuidado é uma presença centrífuga. E o patrimônio, na lógica do discurso autorizado, hegemônico, ele é imanente, ele é grandioso, ele é excepcional. Ele é uma dinâmica centrípeta.

Estou tentando criar paralelos aqui para a gente conseguir pensar, então, como o patrimônio cultural olha para a presença do cuidado, essa dinâmica centrífuga, essa contribuição das mulheres. Eu tentei fazer um mergulho prático para analisar objetivamente patrimônios nossos, tombados ou reconhecidos. E já vou concluindo. Fiz um recorte dos bens tombados a nível federal no Estado de São Paulo. Nós tínhamos, no momento da pesquisa, 100 bens tombados. Aqui estão as divisões, mais ou menos, desses bens. Tomei emprestado um diagnóstico do Antônio Arantes, que vai dizer sobre a presença luso-brasileira, institucional, religiosa, muito marcante. Ele escreve isso lá em 1987. Então, no pós-87, tomando emprestado o diagnóstico do Arantes, fui para depois disso. A gente tem presença não centrípetas reconhecidas como patrimônio. Sobrariam 16 tombamentos, tirando os religiosos, os institucionais ou excepcionais. Esses 16 seriam três conjuntos urbanos. Não entraria nessa análise, se tem uma dinâmica centrífuga prevista, celebrada. Um acervo, que também acho que é uma outra ordem que a gente está falando de objetos de arte, bem de arquitetura colonial, que a gente sabe muito bem que tem esse recorte da questão

portuguesa. E 11 bens representativos da imigração japonesa no Vale do Ribeira.

A imigração japonesa ser reconhecida como patrimônio pelo IPHAN já é, em si, um reflexo do alargamento do entendimento de patrimônio. Mas, será que ele está olhando para o trabalho do cuidado e celebrando o trabalho do cuidado? Era essa a minha dúvida. Me chamou a atenção que tinha lá uma residência da senhora Susu Okياما. Puxa vida, uma casa com o nome de uma mulher que foi reconhecida, foi tombada pelo IPHAN. Vamos ver o objeto que foi celebrado ali. Bom, os critérios para a seleção dessa casa são questões construtivas, soluções arquitetônicas, fala sobre os modos de morar etc. Mas não celebra o trabalho do cuidado como algo a ser preservado e registrado naquele conjunto.

E aí, a gente fica até... Mas, no fim, você não vai achar. O patrimônio, o tombamento não vai reconhecer isso. Você fica com essa impressão. E o patrimônio imaterial? Faria sentido, então, a gente pensar se o imaterial faria essa celebração? No momento da pesquisa, a gente vê que a gente tinha 49 bens registrados e a gente vê que a referência ao protagonismo da mulher está tipicamente associada à atividade do plano doméstico. Não como uma atividade celebrada, mas como apoio à realização de algo que o transcende. O cuidado nunca é a celebração em si, mas é o meio para algo que é superior a ele. E aí, até citando Inês, aqui, já nem sei, num livro de 2021, que eu acho que ela escreve com a Cecília, sobre os patrimônios imateriais, sobre o Cordel. Que o Cordel cita o trabalho das mulheres, de alguma forma, e elas têm o trabalho central, que elas fazem a costura dos livrinhos. Depois a Inês pode até contar melhor, mas reproduz bem essa dinâmica.

Quer dizer, ela costura os livrinhos, costura as roupas, monta todo o cenário, mas é um trabalho meio lateral para a celebração de algo maior.

Então, aspas aqui da Inês e da Cecília: “O machismo e a invisibilidade do papel da mulher, presente na sociedade de forma geral, são reproduzidos quase sempre de maneira imperceptível pelas instituições culturais, pelos atores que buscam a proteção do patrimônio imaterial.” E pra concluir, o que eu deixo de provocação, a Joan Scott, quando vai escrever o Peter Gout, faz um movimento sobre a nova história, a gente pensa a história social. Ela vai escrever e refletir sobre a questão da história das mulheres, e a questão que ela coloca é: “Se a gente identifica esse gap, essa lacuna, o que nos cabe fazer. Corrigir a rota e passar a olhar para esses outros valores e questionar a forma de valorização do patrimônio, ou a gente tem uma necessidade de implosão da forma como a gente construiu a coisa até aqui e construir algo de forma diferente. Ela deixa essa provocação quando ela vai falar sobre historiografia e eu deixo essa provocação quando a gente vai falar de patrimônio e mulheres. É isso, obrigada!